

ANTOLOGIAS OITOCENTISTAS

Janaína Senna
PUC-Rio

As antologias de poesia, organizadas no século XIX, desempenharam um papel pioneiro, nem sempre lembrado hoje, no processo de constituição da tradição literária brasileira. O projeto que iniciaram consistiu num primeiro passo em direção à escrita da história da literatura, na medida em que essas obras estabeleceram fatos literários que importavam para uma futura empresa, e deram-lhes coerência, através de uma ordenação. Essa tarefa tinha, como motivo condutor, uma espécie de missão patriótica – bem afinada com o período pós-Independência – de que se investiram vários indivíduos de diferentes áreas do saber, a fim de delimitar as feições da nação emergente.

No caso da literatura, procurava-se reunir e divulgar um *corpus* até então desconhecido, que pudesse atestar a sua efetiva existência e o seu caráter nacional. Com esse espírito, e bastante empenho, nossos primeiros antologistas se voltaram para as letras coloniais, em busca de bases de sustentação, de possíveis marcos iniciais ou pontos de origem. Mas logo esbarraram em certas dificuldades. A primeira delas era o próprio acesso aos textos que se mantinham, até então, na condição de manuscritos esquecidos ou perdidos. Depois, a incerteza de saber se tais textos encontrados permaneciam idênticos ao original saído da pena de seus autores, ou se, tantas vezes copiados, já não haviam sido adulterados. E, ainda, a dificuldade, ou até a impossibilidade de atribuição de autoria – o que era um dado essencial para a literatura oitocentista –, pois muitos dos textos não eram autógrafos.

Mas, acima de tudo, o que esses indivíduos encontraram foi um material bem pouco adaptável ao seu projeto, regido por outras concepções do escrever, e que, só à custa de muito boa vontade e alguma distorção, podia ser tomado como anunciador, por pouco que fosse, do sentimento nacional. Acompanhando, portanto, o seu trabalho arqueológico de desencavar

textos do passado, vinha o apagamento, ou a desconsideração do lastro retórico que os informava.

Buscando uma visão mais fundamentada das obras desses primeiros antologistas, é importante assinalar, mesmo de forma muito resumida, que seu tempo era movido por concepções diversas e até contrárias, em certa medida, às do sistema retórico que regia as letras dos tempos coloniais. No entanto, seria ingênuo supor um desconhecimento desse arcabouço retórico por parte dos antologistas oitocentistas, já que estes foram formados ainda por esta escola e deveriam conhecê-la como ninguém. Assim, pode-se propor que a neutralização das bases retóricas coloniais que empreenderam não foi um mero acaso, mas parte de seu projeto de nacionalização da literatura e constituição de um cânone.

Isso é tanto mais evidente quando se percebe que nem todos os preceitos daquele sistema foram descartados por esses homens. O próprio princípio do discurso retórico, i.e., ser persuasivo e, portanto, eficaz foi mantido e bem exercitado.

O novo modelo científico que passava agora a protagonizar a cena discursiva baseava-se, principalmente, na busca de objetividade fundada na neutralidade de sua instância produtora. Ou seja: assumia-se a possibilidade de o sujeito não interferir na matéria tratada. A diferença entre esses dois modelos é que a eficácia dos discursos só podia se dar então pelo convencimento. Mais afinado aos ideais da ciência e da história este é definido, pelos dicionários, como o processo pelo qual se “leva alguém a reconhecer a verdade de um enunciado ou de um fato”; à diferença da persuasão, que se caracterizaria, antes, por “levar alguém a crer, pensar, querer, fazer alguma coisa, por uma adesão completa (tanto sentimental, quanto intelectual)”.

Por outro lado, interessa ainda a nosso questionamento observar que, a partir desse solo da objetividade científica, vai ser elaborado o método histórico, responsável pelo surgimento da disciplina que acabará dominando as diversas áreas de conhecimento que

ficaram à margem da ciência experimental. Graças a essas objetividade e neutralidade, e com a colaboração de dois novos valores caros à Modernidade – o tempo linear e a noção de progresso –, vai ser possível estabelecer “fatos” e encadeá-los por meio de uma narrativa bem costurada através de nexos de causa e consequência.

Acrescente-se a isso um certo empenho oitocentista em reunir um patrimônio comum, capaz de dar consistência a uma identidade nacional. Nesse contexto, será possível entender a importância de trabalhos de cunho antológico, que viabilizam, não apenas a reunião de dados para a constituição de tal patrimônio, mas também a coesão de elementos, algumas vezes bem disparatados. Além dessa vantagem, as antologias ainda conseguiam, por reunir vários fragmentos num lugar só, facilitar o acesso a um material que, de outra forma, permaneceria fora do alcance do público.

Com isto, essas obras atuavam, simultaneamente, nos dois pólos do sistema que se estava tratando de constituir. Por um lado, representavam um acervo de bens comuns a todos os integrantes de um grupo; por outro, serviam ao projeto educacional que seguia paralelamente ao estabelecimento da nação. Seu trabalho, de inventar uma tradição e engordá-la, disponibilizava o que precisava ser internalizado como traço comum para que indivíduos se tornassem cidadãos.

Tais características serão percebidas no projeto das três antologias que passamos a analisar mais detidamente.

A primeira delas, considerada também a primeira antologia de nossa poesia compilada por um brasileiro, é o *Parnaso brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa (1829-1832)¹. Esta, já no título, apresenta uma curiosa mistura da tradição clássica com uma visada nacional do compilador, mas não se pode dizer que se trata, aí, de procurar a todo

¹ BARBOSA, Januário da C. *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas* (1829-1832). *Prefácios e índices*. Organização, edição, notas e apresentação de José Américo Miranda. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

custo a cor local nas obras selecionadas. Seus textos introdutórios, pelo menos, não sustentam essa busca temática verde e amarela, mas apontam uma tarefa mais urgente e imediata, qual seja, a de provar, de uma certa forma, que o Brasil não deve nada a outras nações em matéria de cultura literária. Se “as muito bem acabadas produções de seus melhores engenhos”² não têm o merecido destaque e reconhecimento é porque andam

[...] nas trevas do esquecimento, já por existirem inéditas em mãos avaras ou incuriosas, já por haverem sido dadas à estampa confusa, e destacadamente em coleções, a que nem sempre presidiu o bom gosto.³

Assim, seu trabalho visaria a redimir tal falha concorrendo " para acordar o louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim à presente, como às gerações futuras".⁴ Como se pode perceber, para o cônego, o próprio ato compilador já era uma demonstração de amor à pátria e de dever cívico cumprido. E, efetivamente, o *corpus* que reúne, esbanjando, por sua parte, todo o sentimento nacional que faltaria aos textos, vai servir de referência para outras obras da mesma espécie. Portanto, pode-se dizer que seu *Parnaso* inaugurou nossa tradição literária e que serviu, e pode continuar servindo, de base e referência a pesquisadores, críticos e historiadores da literatura, ou a outros antologistas. Isso porque, ao lado de velhos conhecidos nossos, como Gregório de Matos Guerra, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, os poetas inconfidentes etc., publicou também autores hoje completamente esquecidos e outros recentemente recuperados (apesar de não incorporados ao cânone), como Joaquim José da Silva, o sapateiro Silva, que mereceu o estudo de Flora Sussekind e Rachel Valença (1983)⁵.

² id., p. 35

³ id.ib.

⁴ id., p.37

⁵ SÚSSEKIND, Flora & VALENÇA, Rachel. *O Sapateiro Silva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

Ao que tudo indica, porém, na avaliação de seus contemporâneos, como na da posteridade, as falhas observadas na compilação de Cunha Barbosa prevaleceram sobre eventuais contribuições trazidas por seu trabalho. Este vai ser, aliás, um dos motivos alegados por Pereira da Silva para justificar a publicação de sua própria antologia, apenas doze anos mais tarde.

Dessa forma, o segundo compêndio que destacamos nessa análise, é exatamente este organizado por João Manuel Pereira da Silva. Apesar de adotar o mesmo título do anterior, esse segundo *Parnaso Brasileiro* (1843-1848)⁶ vai se distinguir do primeiro sobretudo por estabelecer uma ordenação cronológica de apresentação dos autores e de seus poemas. Mas sua preocupação maior continua sendo a mesma de Cunha Barbosa; pelo menos, a julgar pelos "nobres fins" que apresenta na introdução que redige. Quais sejam:

reabilitar obras já esquecidas – lembrar nomes que ilustraram seu país
– dar emulação aos poetas modernos, para deslizarem seus vãos
majestosos, na certeza de que serão ouvidas suas vozes, e aplaudidos
seus esforços – chamar enfim o gosto e a atenção dos brasileiros para
a literatura do seu país⁷.

Podemos dizer que nessa obra se verifica uma preocupação maior com a identificação da nacionalidade, mas esta, no entanto, se restringe apenas à seleção dos autores a serem publicados. O próprio subtítulo da antologia em questão - *Seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros* - já permite pensar num projeto de estabelecimento de um Panteão nacional ou, para usar a própria designação cunhada por Pereira da Silva, em obra posterior, de fixação dos *Varões Ilustres do Brasil*, embora circunscrito ao campo da poesia. Ao passo que Cunha Barbosa se preocupava em reunir as "melhores poesias" brasileiras, Pereira da Silva vai deslocar o privilégio para os "melhores poetas". O autor não se interessa em listar qualquer

⁶ SILVA, J.M. Pereira da. *Parnaso brasileiro, ou seleção de poesia dos melhores poetas brasileiros* (1843-1848). In: MOREIRA, Mª Eunice & ZILBERMAN, Regina (orgs.) *O Berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 143-181.

⁷ id., p.179

poema que se considere bom, mas apenas os poemas daqueles que deveriam integrar a tradição literária do país. Isso significa que sua seleção não incide apenas sobre os textos que serão apresentados ao público. Sua incidência de maior importância é sobre os homens que escrevem tais textos, em especial, aqueles que podiam ser considerados, por sua atuação, mais brasileiros ou exemplos de brasileiros.

Outra grande diferença entre os *Parnasos* vai se verificar na própria forma que assumem. O segundo admite uma explícita vontade de "narrar", desde o princípio, nossa tradição literária, assumida como existente desde, pelo menos, o século XVII. Seu projeto se assemelha sobremaneira à narrativa histórica, especialmente porque vai buscar na cronologia o seu fio condutor. Mas, além disso, pela maneira como apresenta e dispõe as obras, criando uma seqüência, o texto propõe, de certa forma, uma totalidade que, segundo seu autor, teria início nos “primeiros tempos do descobrimento do Brasil” em direção à sua época⁸. O projeto que se percebe, em linha d'água, é de elaboração de um esboço historiográfico, enquanto o *Parnaso* de Cunha Barbosa parecia antes motivado pela possibilidade de pôr diante dos olhos de estrangeiros e dos próprios brasileiros nossa volumosa produção literária, i.e., sua massa, efetivamente; ele seria uma espécie de prova de que, também nessa área, o Brasil era pródigo, abundante e não devia nada a outras nações.

Ao proceder a uma comparação mais minuciosa das inclusões ou escolhas dos dois *Parnasos* - impossível de realizar aqui -, podem-se verificar algumas convergências que, certamente, não são ocasionais. Ou seja: *um passo a mais no processo de fixação de um cânone literário brasileiro*.

Se Januário da Cunha Barbosa foi o primeiro a coligar um numeroso e significativo material relativo à literatura brasileira, Pereira da Silva cuidou de dar-lhe uma primeira

⁸ id., p.178

organização, estabelecendo as bases para uma futura empresa historiográfica. Mas quem vai consolidar essas bases é Francisco Adolfo de Varnhagen, na última antologia a ser observada.

O Florilégio da poesia brasileira, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1850-1853)⁹ – das três, a mais próxima do modelo historiográfico – vai acrescentar mais dois itens importantes ao projeto de constituição de um passado nacional. Por um lado, a decisão de trabalhar exclusivamente com textos de temática “americana”; por outro, a ênfase que se dá aos dados biográficos dos autores escolhidos. E tudo precedido por um ensaio, explicitamente denominado “histórico”, sobre “as letras no Brasil”.

Seguindo a trilha aberta por outros antologistas, incluindo aí evidentemente Cunha Barbosa e Pereira da Silva, Varnhagen editou muitos textos inéditos, salvando-os do esquecimento completo. Para além disso, adotou uma ordenação cronológica em sua obra; escreveu uma introdução que traçava um quadro da história literária do país, desde as Modinhas, as poesias primitivas, até o início do século XIX; subordinou, nessa mesma introdução, fatos literários a acontecimentos da história do Brasil; e, até no título, procurou o que menos estrangeiro soasse, afastando-se do tradicional *Parnaso* por estar “um pouco em briga com a mitologia”¹⁰. Nessa obra, portanto, mais do que nas anteriores, se exacerba a nota nacional.

No entanto, mais que somente um serviço de utilidade pública como nos outros casos, Varnhagen tem consciência de estar fazendo um trabalho que interessava politicamente ao país e que, portanto, merecia recompensa; e, sem cerimônia, pede-a, por carta, a D. Pedro II. Em outra missiva ao mesmo D. Pedro é também muito explícito, esclarecendo que “o motivo principal porque [...] empreendera o *Florilégio*” era o de infiltrar em todos “os nobres

⁹ VARNHAGEN, Francisco A. de. *Florilégio da poesia brasileira, ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio histórico sôbre as Letras no Brazil* (1850- 1853). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946, 3 v.

¹⁰ id., p.4

sentimentos de patriotismo de *nação*, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo”¹¹. Dessa forma, contribuía para que todos e qualquer um estivessem dispostos “a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória”¹².

Uma vez que demonstrava tal convicção, parecia essencial reunir os documentos que atestassem a existência de um patrimônio comum, dando a seus leitores a certeza de sua autenticidade. No caso do *Florilégio*, tal autenticidade se mostrava nas escolhas fundamentadas naquele todo harmônico composto por brasileiros, nascidos no Brasil, e que escreviam incessantemente sobre a sua pátria.

Por todas essas características, o *Florilégio* é considerado por alguns críticos, Afrânio Peixoto é um exemplo, como uma efetiva história da literatura. Preferimos tomá-lo aqui como o limite entre compêndio e história. E dessa forma, seria possível ler essas três obras como passos sucessivos em direção à escrita de uma história da literatura brasileira enquanto, simultaneamente, desempenham a função de fundadoras de uma linhagem que persiste até hoje na tradição cultural e no sistema educacional brasileiros.

Por fim, convém retomar a questão da eficácia discursiva a que já nos referimos. Mesmo sem entrar em detalhes sobre a estrutura argumentativa das obras estudadas, é possível perceber que as três propostas se organizam de maneira bastante convincente, convergindo em alguns pontos. Sem dúvida, o mais saliente de todos é a possibilidade que dizem criar de que se entre em contato com o que de melhor se produziu na poesia brasileira, desde os seus primeiros anos. Nesta simples proposição, estão sendo assumidas, como líquidas e certas, pelo menos três noções que não são absolutamente indiscutíveis: a

¹¹ apud MOREIRA, Maria Eunice. “Um visconde e duas literaturas”. In: — (org.) “Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura”. *Cadernos do Centro de Pesquisas literárias da PUCRS*. Porto Alegre, vol. 3, nº 1, p. 47, abril de 1997.

¹² id.ib.

determinação do que é melhor e deve, portanto, ser escolhido; a atribuição de nacionalidade a textos coloniais; a suposição de uma origem seiscentista para nossa literatura. De maneira simplificada, o que se assume é que a literatura brasileira existe, e já existia antes, apesar de não ser conhecida. Logo, compete a seu tempo dar visibilidade a essa literatura, para que ela se revele em sua concretude. Isto é feito através da exposição de fatos que devem ser aceitos por todos como verídicos, porque são comprováveis e, portanto, irrefutáveis.

No entanto, nem tudo é tão simples como parece. Por mais que se queira encontrar um “instinto de nacionalidade”¹³ em obras dos séculos XVII e XVIII, acaba-se, no mínimo, tendo que reconhecer que “naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas”¹⁴. Assim mesmo, os discursos desses compiladores foram tão bem articulados, num misto de técnica retórica com demonstração documental, que conseguiram convencer os brasileiros de sua época – e continuam convencendo os de hoje – sobre a longa existência do patrimônio literário que, na verdade, começavam a construir.

¹³ ASSIS, J.M. Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade” (1873). In: ——. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Editores, 1944. p. 133-154.

Faço menção ao título do famoso texto de Machado de Assis, não deixando de frisar que “instinto” se define como um fator *inato*, que atua de modo *inconsciente*, e independe de qualquer aprendizado, segundo sua definição dicionarizada.

¹⁴ ASSIS, J.M. Machado de. *Dom Casmurro* (1899). Reprodução de 2 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1992. p.16-17.